

# Classificação Arquivística e Teoria do Conceito: Elementos para Organização do Conhecimento

*Classification Archival and Concept of Theory: Elements for Organization of Knowledge*

Ana Cristina de Albuquerque (1)

(1) Universidade Estadual de Londrina - UEL, Rodovia Celso Garcia Cid, Londrina, E-mail: albuati@uel.br.

## Resumo

A classificação arquivística é a atividade que elabora, a partir de uma concepção intelectual, a articulação e identificação dos documentos entre si e estuda a forma como estes foram produzidos, para que sua existência seja determinada e, a partir daí, se materializar no instrumento Plano de Classificação, que espelha a estrutura, funções e atividades de determinado órgão produtor. Partindo da questão de alguns autores onde se observa a pouca integração da classificação arquivística com os fundamentos da Filosofia, da Teoria da Classificação e a Teoria do Conceito, propõe-se discutir as relações da Classificação Arquivística que podem ter interlocuções das referidas teorias. Assim, o objetivo é, analisar as possibilidades de diálogo entre a Classificação Arquivística, e a Teoria do Conceito a partir da explicitação de alguns pontos demonstrativos de interlocução. O estudo é uma parte teórica de um projeto maior e foi realizado a partir do levantamento e síntese bibliográfica de autores de referência nas devidas áreas. A partir de síntese bibliográfica, foram observados diversos pontos levantados na Classificação Arquivística onde há a possibilidade de relações e interlocuções principalmente com a Teoria do Conceito. Tais reflexões podem colaborar para o aprofundamento do debate sobre a Classificação Arquivística e a Organização do Conhecimento referente a recuperação das informações no contexto deste campo do conhecimento.

**Palavras-chave:** Classificação Arquivística; Teoria da Classificação; Teoria do Conceito; Organização do Conhecimento.

## Abstract

The archival classification is the activity that shall draw up from an intellectual conception, articulation and identification of document types together and studying how they were produced, so that its existence is determined and, from there, to materialize the instrument Rating plan, which mirrors the structure, functions and activities of certain producing organ. Starting from the question of authors where it is observed the little integration of archival classification with the fundamentals of philosophy, Theory of Classification and would have the concept, it is proposed in this paper discuss the relationship Archivist rating that may have interlocutions of those theories. The objective is to analyze the possibilities of dialogue between the Archival Classification, and Concept Theory from the explicitness of some statements interlocution points. The study is a theoretical part of a larger project and was carried from the survey and literature review of reference authors in the both of areas. From literature review, we observed several points raised in the Classification Archives where there is the possibility of relationships and dialogues mainly with the theory of concept. Such reflections can contribute to deepening the debate on the Archival Classification and Organization of Knowledge regarding the recovery of information in the context of this field of knowledge.

**Keywords:** Archival classification; Classification Theory; Concept of Theory; Knowledge Organization.

## 1 Introdução

A classificação arquivística é a atividade que elabora, a partir de uma concepção intelectual, a articulação e identificação dos documentos entre si e estuda a forma como estes foram produzidos, para que sua existência seja determinada e, a partir daí, se materializar no instrumento Plano de Classificação, que espelha a estrutura, funções e atividades de determinado órgão produtor. Sua elaboração se dá por hierarquias definidas pelos elementos que serão levantados e analisados ao longo do tratamento dos conjuntos documentais, se caracterizando como uma organização do domínio do conhecimento do órgão produtor seja uma instituição pública ou privada, fundações ou pessoas.

Partindo do pressuposto explicitado por Sousa (2006), de que, sendo uma atividade intelectual, a Classificação Arquivística não incorporou, com

maiores discussões, os fundamentos da Filosofia, da Teoria da Classificação e da Teoria do Conceito, para que estas possam contribuir em questões de base teóricas e aplicadas às possíveis perspectivas de tratamento e relações que podem vir destas teorias, propõe-se discutir as relações da Classificação Arquivística com as referidas teorias. Assim, o objetivo é, analisar as possibilidades de diálogo entre a Classificação Arquivística e a Teoria do Conceito a partir da explicitação de alguns pontos demonstrativos de interlocução. O estudo é uma parte teórica de um projeto maior e foi realizado a partir do levantamento e síntese bibliográfica de autores de referência nas devidas áreas.

A partir da síntese bibliográfica, foi observado que, em diversos pontos levantados na Classificação Arquivística há a possibilidade de relações e interlocuções com a Teoria do Conceito, que podem

contribuir para melhores resultados quanto a delimitação de categorias e conceitos e na elaboração de instrumentos documentários para a posterior recuperação de informações. Tais reflexões podem colaborar para o aprofundamento do debate sobre a Classificação Arquivística e a Organização do Conhecimento referente a recuperação das informações no contexto deste campo do conhecimento.

## 2 A Classificação Arquivística

Os princípios da proveniência - de respect des fonds- e de respeito à ordem original encontram-se no cerne da concepção da classificação na Arquivologia. De acordo com Sousa (2003) e Barros (2012), o primeiro marco da classificação arquivística é determinado por estes princípios que: “[...] são para a Teoria da Classificação a característica ou princípio da classificação ou princípio da divisão, isto é, a qualidade ou o atributo escolhido para servir de base à classificação” (SOUSA, 2003, p. 250). Assim, ainda de acordo com o autor, pode-se compreender que os princípios de proveniência e de ordem original são princípios de divisão ou melhor dizendo de classificação naturais, já que são elementos essenciais e de caráter constante e permanente ao conjunto de documentos a serem divididos (SOUSA, 2003).

O princípio da proveniência incide na constituição de fundos, tendo por base a não separação de documentos que venham de um mesmo órgão produtor, permitindo assim a formação de fundos com documentos provenientes do mesmo lugar, além de ser um importante passo para o desenvolvimento teórico no campo da Arquivologia (ALBUQUERQUE; SOUTO, 2013).

Já o princípio da ordem original, recai sobre o fato de resguardar os documentos nos fundos e evitar que estes sejam tratados à luz de classificações por temas ou matérias, o que dificulta e mesmo acaba com as verdadeiras origens dos documentos. Dessa forma, com os relacionamentos entre documentos e seu produtor e os documentos entre si, os arquivos têm assegurado seu caráter orgânico que, através desses princípios, demonstram a importância das relações de natureza administrativa que vão se desdobrar em algumas características que fazem com que o documento se mostre como arquivístico.

De acordo com Martín-Pozuelo Campillos (1996) a partir da trajetória do princípio de proveniência é possível definir algumas bases teóricas para o entendimento da classificação arquivística. A autora defende que: “[...] la clasificación archivística representa no solo el marco tradicional de este principio sino en si misma, [...], la esencia de la disciplina archivística en su conjunto” (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 50).

A autora dá um panorama das definições de classificação no século XIX, em que defende que a preocupação pelo tema foi posta de forma não muito aberta, mas que refletia posições que deixavam margem para a discussão da terminologia dessa atividade. Assim, os termos classificação e ordenação ficam muito evidentes na análise terminológica realizada. São termos que estão, de acordo com a autora, muito ligados com os mecanismos de que um arquivo dispõe para verificar suas funções, tanto no âmbito de difundir informações como em receber os documentos de instituições e tratá-las adequadamente. Dessa maneira, sua definição de classificação é a seguinte: “Seguindo a los canadienses Couture y Rousseau y desde una perspectiva puramente metodológica, entiendo que la clasificación es la primera etapa de un tratamiento que conduce a la accesibilidad del acervo documental. (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 54)

Conforme afirma Romero Tallafigo (1994), antes de perguntar ou mesmo de buscar o que há sobre determinado assunto, o usuário deverá conhecer os órgãos, o modo de funcionamento e o período que lhe interessa para poder ter sua informação refletida em um conjunto. Estas atividades, amparadas pelos princípios de proveniência e ordem natural, vão precisar de ações que não as façam se perder em meio a propostas ou organizações que podem prejudicar um arquivo, no sentido de ordená-lo de formas intuitivas ou como parecer melhor.

Assim, entende-se a classificação como uma atividade ímpar, que preservará a ligação entre a cadeia hierárquica da instituição para maior facilidade de recuperação das informações, e demonstrará como aqueles documentos se constituíram dentro de cada órgão produtor. Classificar é realizar uma série de atividades que dividem ou juntam elementos diferentes e semelhantes, com o intuito de conhecer, entender e dispor esses elementos de forma que possam ser encontrados, mas também compreendidos dentro de determinado período ou esquema. Abordando a teoria da classificação, Sousa (2003, p. 251) a define como:

[...] distribuir indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores. Pode-se fazer essa distribuição observando-se características superficiais e mutáveis ou então tendo-se em vista caracteres essenciais e permanentes. No primeiro caso, a classificação é elaborada a partir de um princípio de divisão ou classificação artificial. No segundo caso, o princípio será natural.

O autor ressalta que, nos casos em que a classificação é feita de forma artificial, acontece a divisão pelas características de objetos, classificação esta que pode ser mudada e utilizada de diferentes maneiras, pois não incide na essência dos objetos e sim em sua divisão e organização. Nos casos em que a classificação é feita de forma natural, esta traduz toda a ordem que é

seguida no meio em que esses objetos estão. Portanto, de forma empírica, observa-se como esses elementos e objetos estão inseridos em seu meio, como se dão suas semelhanças e diferenças, e parte-se para a divisão, permanecendo juntos os semelhantes (SOUSA, 2003).

Neste sentido, Esteban Navarro (1995, p. 74) explica que a classificação consiste em:

Dividir e agrupar los documentos en clases, que adquieren pleno sentido mediante su integración en una jerarquía construída a partir de la elección de unas categorías y de unos criterios de estructuración, basados en la previa asunción de una determinada imagen del sistema de clasificación más adecuado para cada caso y de la parcela del conocimiento o de la realidad institucional sobre la que opera la acción de clasificar.

Delimitado por Barros (2012), como o segundo marco do início da prática da classificação, Hilary Jenkinson, de acordo com o autor, é quem amplia o conceito estabelecido no Manual dos Arquivistas Holandeses na Inglaterra e define classificação de acordo com duas partes sendo que, uma seria o estudo da administração do órgão e outra a divisão do próprio arquivo em classes e subdivisões.

Em trabalho no qual faz uma análise sobre a construção discursiva em Arquivologia, Barros (2010) afirma que Schellenberg é um dos primeiros a separar a classificação do arranjo e que alguns problemas terminológicos decorrentes daí são, em parte, sua responsabilidade, mas que a classificação para, este autor “[...] começa a ser encarada como uma atividade gerencial [...]” (BARROS, 2010, p. 103), justamente porque a classificação irá permitir que sejam feitas guarda e eliminação de forma mais fácil. Isso evidencia a perspectiva de que classificação e arranjo são funções para arquivos de idades diferentes e para arquivos diferentes.

Diante das discussões a respeito das terminologias utilizadas para definir a classificação, encontramos também princípios e elementos que delimitam todo o caráter organizativo e dirigem à uma prática da classificação.

A perspectiva da Arquivística Integrada defende a realização concomitante das atividades de classificação, avaliação e descrição e parte de algumas fases para contemplar o resultado. Uma destas fases é o tratamento inicial do documento, definido por etapas de pesquisa por Lopes (1996). Estas etapas vão influenciar posteriormente na elaboração das atividades acima mencionadas. O relacionamento entre documentos e seu produtor e dos documentos entre si, têm assegurado seu caráter orgânico e informacional através da Arquivística Integrada, por ser demonstrada a importância de compreender a natureza de um documento a partir do momento de seu nascimento com características de documento arquivístico, com valores e informações que façam sentido a seu produtor

e a seus pesquisadores e que a classificação corresponde a uma fase que, sistematizada com o restante do tratamento, é essencial para a recuperação das informações.

As etapas de pesquisa levarão à elaboração da classificação mais adequada ao acervo e dos procedimentos que resultarão na recuperação das informações. Lopes (1996), escreve que é defendida uma classificação que possa gerar dossiês dos documentos que devem ser unidos efetivamente sob “o ponto de vista intelectual” (LOPES, 1996, p. 99), pois podem estar separados fisicamente por conta de seus suportes, mas têm de refletir a estrutura da organização.

Desta forma, é possível compreender que a classificação é fundamental para o desenvolvimento da teoria e das práticas na Arquivologia. Concorde-se com Sousa (2003, p. 241) quando este afirma que a classificação: “É a função intervenção que dá sentido e que preserva o caráter orgânico do conjunto, espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico e o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação”. A atividade de classificar estaria, para o autor supracitado, em um determinado espaço informacional onde tem-se o arquivo de um lado e o “necessitador” de outro. É um canal de comunicação e inteligibilidade do arquivo para que as informações cheguem aos usuários.

Neste sentido, Roncaglio e Manini (2016, p.32-33), explicam, como autores já referenciados, que a classificação é um processo intelectual de identificação e reagrupamento onde os semelhantes se juntam. As autoras expõem ainda que:

[...] consiste em um conjunto de convenções, métodos e regras de procedimentos estruturados de forma lógica e permitindo categorizar os documentos por categorias ou grupos, independentemente de seu suporte e idade. O objetivo final da classificação é, naturalmente, facilitar a identificação da informação contida nos documentos de arquivos e, assim, permitir uma melhor compreensão do contexto de funcionamento da pessoa física ou jurídica em causa.

Assim, a classificação não se resume a atribuir números, códigos e subdivisões a atividades e documentos, e sim é um processo de organização intelectual em que as características, as informações e o contexto de cada documento tratado refletem, com maior ou menor grau de complexidade, as funções e atividades desenvolvidas por uma instituição, a vida de uma pessoa ou os fatos de uma cidade ou país, pois a principal função de um documento de arquivo é a informação a respeito de determinado procedimento administrativo ou judicial.

### 3 Elementos da Teoria do Conceito

Remetendo à sua raiz etimológica, conceito vem do latim *conceptus* que está ligado ao significado de resultado de uma concepção. O conceito é uma representação intelectual, complexa e abstrata de um objeto. De acordo com Abbagnano (2000), é um termo de significado geral, pois pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico de qualquer objeto a que se refere. Em sentido imediato pode ser definido como: “[...] todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis.” (Abbagnano, 2000, p.164). É uma combinação de representações intelectuais, complexas e abstratas da essência de objetos, ou seja, a partir da faculdade de se separar o sensível do inteligível, esta inteligência é capaz de isolar e apreender de forma mais profunda o concreto de um objeto que será a essência da caracterização que o define.

Ainda para o autor supracitado, a noção de conceito dá origem a dois problemas que se mostram fundamentais para definir sua compreensão: sua natureza e sua função. A atribuição, na filosofia grega antiga, de conceito ligado à razão pelo termo *logos*, possibilita o entendimento da função da racionalidade, ou seja, o entendimento de que as características constitutivas do objeto não são alteradas pelas mudanças de perspectiva fazendo com que, para este determinado objeto se busque sua essência ou substância, ou seja, o que realmente ele é (ABBAGNANO, 2000).

Neste sentido, a Teoria do Conceito, desenvolvida por Ingetraut Dahlberg (1978), tem formulação baseada em características muito próximas à noção de conceito da filosofia antiga, mais especificamente aristotélico. Para a autora, os conceitos são definidos como a: “[...] compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixadas por um símbolo linguístico”. (DAHLBERG, 1978, p.102). O símbolo linguístico pode ser a palavra, por exemplo, verbal ou não verbal, que é o instrumento que fixa o resultado da compilação.

O conceito então se caracteriza como uma unidade do conhecimento, tendo como entendimento de conhecimento a totalidade de enunciados verdadeiros que podem se fazer sobre qualquer questão, ou seja, a essência ou substância de algo, o que ele é.

Novamente pelo olhar filosófico, o conceito pode ser classificado em simples ou complexo, concreto ou abstrato de acordo com seu caráter de compreensão. De acordo com seu caráter extensivo, podem ser singulares, particulares ou universais. Em sua concepção abstrata, isolado de outras possibilidades, contém um tipo de valor que pode significar a essência dos objetos a serem definidos (ABBAGNANO, 2000). No entanto, um mesmo conceito não é capaz de congrega todos os sentidos para objetos diferentes. O conceito de alma será diferente para um psicólogo, para um cientista político, para um religioso ou para

um músico. Este é o fator interessante da construção de determinados conceitos, sua diversidade e camadas de entendimento por cada domínio do conhecimento.

Dahlberg (1978), por sua vez, explica que os enunciados sobre objetos possuem elementos do conceito que contém as características destes objetos. Assim, o processo de análise do conceito se dá através do método analítico-sintético, onde os enunciados apresentarão um atributo, uma característica ou uma hierarquia de características que, à medida que forem sendo analisadas, podem ser sintetizadas em uma característica mais geral, até chegar-se a uma categoria.

De acordo com Aranalde (2009), os sistemas elaborados por Aristóteles foram impulsionados pela necessidade de representar a realidade de um modo ordenado, procurando identificar alguns conceitos que orientassem as representações do pensamento humano, o ato da categorização. Segundo a autora:

No sistema aristotélico, as categorias servem de fundamento ao conhecimento das coisas. Elas são os princípios básicos que tornam o conhecimento possível, partindo de uma perspectiva que concebe o mundo como um todo integrado de causas e efeitos, em que as coisas e as suas propriedades essenciais, seus estados, processos e relações podem e devem ser reveladas pelo trabalho intelectual. (ARANALDE, 2009, p. 91)

Portanto, as categorias representam o básico para o conhecimento de forma geral e estabelecem as relações de semelhança e diferença em que se apoiarão as condições que permitirão que haja uma organização dos significados do conhecimento e das coisas.

Em geral, qualquer noção que sirva como regra para investigação ou para sua expressão linguística em qualquer campo. Historicamente o primeiro significado atribuído às categorias é realista: elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade (ABBAGNANO, 2000, p. 121).

Quanto às categorias, Gil (2001, p. 53) explica que estas são: “[...] critérios que presidem à distribuição e ordenação da pregnância da experiência nos seus diversos aspectos”, ou seja, são representações de experiências que se dão no terreno conceitual dos objetos, permitindo uma apreensão e definição destes (ABBAGNANO, 2000; ARANALDE, 2009).

Para Aranalde (2009), o sistema elaborado por Aristóteles buscava as categorias como primordiais, ou seja, como uma forma de orientar as divisões feitas pelo pensamento humano. Dessa maneira, por tentar conhecer e compreender o que há no mundo, as categorias elaboradas por Aristóteles até hoje são utilizadas para a compreensão de como se dá a classificação.

Enquanto as categorias, por meio da linguagem, definem a noção de realidade, as classificações

dividem e agrupam o conhecimento, utilizando classes hierárquicas e critérios oportunamente escolhidos. Gil (2001, p. 91) esclarece que, em relação às categorias, as classificações:

[...] por outro lado, são uma manifestação directa do pensamento categorial. No sentido mais preciso, as noções de entidade, de qualidade, de relação e de quantidade intervêm de modo imediato nas classificações — classificam-se populações de objetos, segundo as suas propriedades e as suas interações com outros objetos. As classificações representam uma actualização não menos directa do par identidade/diferença, do mesmo e do outro, e estabelecem-se sobre uma relação de precedência (de cada nível relativamente ao seguinte) isto é, sobre uma modalidade do par anterior/posterior [...].

Assim, as categorias aristotélicas, todas importantes para a constituição da base filosófica dos muitos sistemas de classificação que seriam elaborados a posteriori, se mostram como elementos necessários para a construção e organização do conhecimento científico, pois classificam de modo a se ter conhecimento do que são as unidades classificadas, permitindo, assim, o estudo e aprofundamento em um determinado objeto da ciência. A classificação se estabeleceu com a fundamentação de teorias filosóficas e científicas que deram base ao seu desenvolvimento. As categorias, exemplos realistas de descrição de qualquer experiência, são um primeiro estágio para que a classificação das ciências e do saber se desenvolva e se concretize.

Na formulação de Dahberg (1978), é perceptível o papel importante que é dado às categorias e a sua definição. A partir delas, a autora explica a possibilidade de se levantar às tipologias de características fazendo-se a distinção entre as características simples, as que se referem a uma única propriedade e as complexas que se referem a mais de uma característica, por vezes resultando em uma única propriedade. As características que a autora apresenta são baseadas nas dez categorias aristotélicas: matéria; quantidade; qualidade; relação; processo; modo de ser; passividade; posição; localização; tempo.

A autora também discorre sobre a ordem das características para que se constitua um conceito, onde são expostas diferentes espécies de características que terão sua ordem determinada a partir dos objetos que constituem os conceitos e que se formam pelas mesmas características, ou seja, pelas suas semelhanças (DAHLBERG, 1978).

Um fator de importância são as relações entre os conceitos que se constituem a partir da comparação entre conceitos que porventura apresentam características comuns. Assim, é possível estabelecer relações hierárquicas ou de gênero espécie que vão contribuir com a elaboração de sistemas de classificação e tesouros através de conceitos amplos ou mais restritos, conceito inferior ou superior, cada um

logicamente alocado para que as relações possam ser concretizadas (DAHLBERG, 1978).

Portanto, baseada nos preceitos filosóficos aristotélicos, a Teoria do Conceito tem a função de auxiliar na base de fundamentação de análises conceituais que visem a padronização de termos de qualquer natureza onde as relações, cuidadosamente analisadas e sintetizadas através das características dos conceitos são sumarizadas por um termo, que representará a compreensão de determinado domínio do conhecimento.

#### **4 Interloquções entre a Classificação Arquivística e a Teoria do Conceito**

Para que a Classificação Arquivística se materialize, é necessária a elaboração de um quadro ou Plano de Classificação, justamente para exteriorizar todo o trabalho intelectual com as classes determinadas no processo classificatório. Sua elaboração permite que o profissional possa estabelecer de forma visível os graus de complexidade de uma organização, já que, com o instrumento, é possível visualizar todas as divisões de um conjunto documental. Em artigo que discute a elaboração de planos de classificação, Rios e Cordeiro (2010, p. 126) apresentam a seguinte definição, se referindo a Bellotto (1996):

[...] o plano de classificação de documentos de arquivos é desenvolvido para ser aplicado já na fase corrente dos documentos de arquivos, sendo, portanto, um “instrumento de trabalho usado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções e atividades”. Seu objetivo é agrupar documentos sobre um mesmo assunto, representado por uma notação (codificação) e, também, implica na organização física dos documentos arquivados para a sua (recuperação) notacional.

Esses instrumentos auxiliam na gestão da documentação dos arquivos, possibilitando uma melhor recuperação das informações e dos documentos disponíveis no acervo. Para sua construção, são estabelecidas algumas regras que nos remetem aos elementos e aos princípios de classificação.

De acordo com Schellenberg (2006), em relação aos elementos de classificação, existem três aspectos que precisam ser considerados, sendo o primeiro “[...] a ação a que os documentos se referem” (SCHELLENBERG, 2006, p. 84). Falando de documentos públicos, Schellenberg (2006) observa que estes se dividem naturalmente em grupos que se referem a ações, e estas ações, de acordo com Schellenberg (2006) e Heredia Herrera (1991), podem se manifestar como funções, ou seja, responsabilidades e atribuições de uma determinada instituição, para a realização de objetivos que foram propostos em sua criação. Por conseguinte, as funções dão origem a uma série de atividades que, sendo executadas, darão lugar aos serviços realizados na instituição. Por fim, essas

atividades geram um conjunto de trâmites que vão originar as séries documentais, fruto de todos os processos anteriores (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006).

O segundo aspecto a ser considerado na classificação de documentos, sendo que os autores em suas obras tratam do documento público, é a estrutura orgânica. De acordo com os autores, a organização da entidade que produz os documentos é normalmente dividida em seções administrativas, oficinas, departamentos, ou seja, a instituição produtora é dividida em seções e, sendo assim, os documentos têm de refletir a estrutura dessa organização (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006).

O terceiro aspecto a ser considerado no processo de classificação é o assunto. Este elemento se refere ao conteúdo de que tratam os documentos, sendo que, de acordo com Schellenberg (2006), na estrutura administrativa dos governos existem muitas pastas e estas podem dar origem a atividades que são específicas de uma área, ou seja, atividades especializadas que fogem da estrutura orgânica da instituição produtora. O autor explica que os cabeçalhos que refletirão o assunto devem ser extraídos conforme a realização de uma análise de assunto no documento e devem corresponder logicamente às especialidades que representam. Quando se refere à classificação por assunto, Schellenberg (2006) relata o estudo de Martin P. Claussen, que fala sobre os sistemas de classificação que são aplicáveis a documentos de arquivo, e cita o caso do Sistema de Classificação Decimal Universal, que é “aprimorado para ser aplicado com vantagem a documentos públicos sobre assuntos gerais, e não é suficientemente detalhado para ser aplicado a material altamente especializado” (SCHELLENBERG, 2006, p. 94), ou seja, deve ser utilizado com cuidado, pois os documentos que precisam ser classificados por assunto devem seguir os padrões rígidos de classificação, para que se tornem acessíveis, e suas classes devem ser desenvolvidas de acordo com as necessidades observadas.

Por classificação funcional entende-se aquela que provém da identificação das funções realizadas pelas instituições. Assim, há como estruturar um plano de classificação que reflita uma cadeia hierárquica em que ficam estabelecidos todos os níveis, de forma estruturada, a partir da entidade produtora (SCHELLENBERG, 2006).

A classificação organizacional tem relação com a descentralização física dos documentos, pois, em um governo, a produção de documentos é incessante e, por vezes, como descrito na classificação por assunto, esses documentos acabam ficando separados; neste caso, são documentos separados de várias seções de um mesmo órgão. Schellenberg (2006) explica que

essa classificação é realizada através da definição das classes primárias, que irão representar os principais elementos de organização da instituição. “A divisão em classes organizacionais é possível e aconselhável somente em governos de organização estável, e cujas funções e processos administrativos sejam bem definidos” (SCHELLENBERG, 2006, p. 91). Dessa maneira, como explica Heredia Herrera (1991), é muito comum encontrar em órgãos governamentais classificações mistas, ou seja, orgânico-funcionais, para que seja possível organizar todos os documentos produzidos.

Quanto aos princípios de classificação que devem ser seguidos para que a atividade seja coerente, os expostos por Matín-Pozzuelo Campillos (1996) são resultado de sua análise feita de autores da escola alemã, que, de acordo com a autora, colocam o princípio da proveniência e o de pertinência como os norteadores principais da classificação, sendo que qualquer outro procedimento será variante dos dois primeiros.

A autora também se refere à visão dos autores da corrente holandesa, que definem o princípio da proveniência como o principal norteador do processo de classificação, como já foi visto anteriormente, inclusive, em contrapartida ao que os alemães apresentam como princípio da pertinência, Matín-Pozzuelo Campillos (1996) chama a atenção para a afirmação de que não é o assunto que deve determinar onde o documento irá ficar e sim sua destinação.

Por fim, a autora analisa a obra de Herman Hardenberg, *Algunas reflexiones sobre los principios para el ordenamiento de archivos*, de 1963, em que estão dispostos alguns princípios que se completam. A autora, então, elenca os princípios da seguinte maneira:

Quadro 1: *Os princípios arquivísticos para classificação expostos por Martín-Pozzuelo Campillos (1996, pp. 56-57)*

<i>Princípios arquivísticos de classificação: Martín-Pozzuelo Campillos (1996, pp. 56-57).</i>	
Princípio de destino	Os documentos devem ocupar um lugar no grupo, de acordo com sua natureza inicial
Princípio da estrutura arquivística	Preserva-se o grupo de um arquivo como um todo e não devendo ser alterada a sua ordem
Princípio da restituição	Incide em restituir a ordem do arquivo
Princípio funcional	Os divisões ou subdivisões vêm das tarefas executadas pelo órgão ou pessoa produtora
Princípio de organização	Os grupos refletem a organização da instituição criadora e a organização da instituição

Fonte: Elaborado pela autora

A autora reafirma que, obviamente, o princípio de proveniência perpassa todos os outros enumerados.

Os princípios expostos por Schellenberg (2006) servem de base também para Heredia Herrera (1991) e podem ser resumidos da seguinte maneira:

- As classes formuladas devem ser sempre a posteriori e nunca a priori. Schellenberg (2006) explica que as classes devem ser criadas de acordo com a necessidade e não previamente estabelecidas. No início, podem ser agrupadas de forma mais geral e depois, com a observação e com as necessidades de uma entidade, podem ser expandidas. Esse fato vai de encontro ao que propõe como princípio Heredia Herrera, para quem a classificação é uma atividade anterior à ordenação.
- Os autores defendem a necessidade da consistência (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006), ou seja, é importante que os níveis sejam condizentes exatamente com a subdivisão institucional. Cada nível tem que representar a função ou atividade a que se relaciona.
- Estabelecer cabeçalhos que mostrem também atividades auxiliares, como incluir miscelâneas, por exemplo.
- Estabelecer cabeçalhos separados de atividades que são destaque, como políticas, métodos, ou seja, que são importantes e servem para decisões também importantes na instituição. Deve-se instituir meios para dar destaque a esses documentos ou elaborar cabeçalhos mais específicos (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006).
- É interessante manter um esquema de classificação que se refira às funções correntes da instituição, e que seja periodicamente ajustado, de acordo com as necessidades impostas (SCHELLENBERG, 2006).

Os elementos definidos acima para o fazer da classificação são explicados pelos manuais e devem ser analisados, levando em consideração as mudanças que ocorrem nos arquivos e nos próprios documentos. O acesso às informações da instituição é primordial para seu funcionamento e se torna cada vez mais urgente com o volume e quantidade que hoje são produzidos, visto que, seus suportes também se modificaram. A percepção do relacionamento conceitual neste sentido pode trazer uma maior compreensão sobre a materialidade dos Planos de Classificação, quando definidas as categorias e suas relações conceituais no âmbito da classificação arquivística.

Nesse sentido, a questão da gestão da informação se torna latente nas práticas consolidadas que tratam basicamente da tradição escrita e dos documentos e é justamente neste ponto que a interlocução com Teoria da Classificação e com a Teoria do Conceito pode

ocorrer, como defendido por Esteban Navarro (1995). A partir de um conceito de Organização e Representação do Conhecimento que integre as particularidades dos arquivos, o autor propõe uma discussão em torno de aspectos que podem dar origem a uma maior cooperação entre diferentes unidades informacionais, quanto às técnicas de tratamento documental. O autor faz uma série de aproximações entre o que denomina de gestão documental em bibliotecas ou outras unidades de informação e os arquivos, propondo que há características semelhantes no processo do tratamento dos documentos arquivísticos como por exemplo, a atividade de classificação. Para Esteban Navarro (1995), a classificação exprime o caráter orgânico e seriado dos documentos, que será percebido através da organização dos fundos e assim passível de informações a respeito daquele fundo serem recuperadas de acordo com as necessidades dos usuários. Outra semelhança explicitada pelo autor, são as finalidades das tarefas que são realizadas em um arquivo, sempre direcionadas à preservação, organização e difusão das informações ali contidas. Dependendo do contexto, as competências intelectuais onde serão reveladas através das atividades e fases descritas acima, as classes e categorias específicas para a classificação e os resultados obtidos, podem ser percebidos no Plano de Classificação e no fluxo e recuperação de informações que este produto permite, assim como nos fundamentos e estruturas de instrumentos auxiliares que são empregados para sua construção, como o processo de Análise Documental, a categorização e até vocabulários controlados e tesouros, que podem servir de importantes ferramentas auxiliares na recuperação de informações em arquivos.

De acordo com o autor, os Planos ou Quadros de Classificação, representam espécies específicas de linguagens de estruturas hierárquicas, pois sua função é identificar um elemento a partir de critérios estabelecidos onde este elemento ocupará uma classe, onde só terá sentido a partir dos relacionamentos destas classes. No caso, esse relacionamento pode se dar a partir dos elementos pesquisados e definidos a partir do órgão produtor da estrutura administrativa, das ações realizadas pela instituição e – na prática raramente utilizado – os assuntos a que se remetem os documentos (ESTEBAN NAVARRO, 1995).

As etapas de entrada, tratamento e saída, representadas pela aquisição do fundo, tratamento como avaliação, classificação e descrição e saída a partir dos produtos gerados por esse processo, ficam claras na visão de Esteban Navarro (1995), quando afirma que a cadeia documental arquivística persegue o mesmo fim que em outras unidades de informação. Neste sentido:

*[...] la clasificación consiste en cualquiera de los casos en la identificación y colocación de cada documento en una clase perfectamente definida dentro de una jerarquía, según establece un sistema de clasificación auxiliar – si*

*bien, de naturaliza distinta para cada centro -, que permite reconstruir intelectualmente el fondo sin que la distribución física de la información en diversas piezas y soportes sea un obstáculo.*

Por conseguinte, o autor supracitado explica que todas as operações de leitura e compreensão de documentos, construção de índices, assim como táticas de indexação de livros, por exemplo, são e podem ser feitas para a realização e elaboração da classificação arquivística.

Tratando da representação de domínios na arquivística e na biblioteconomia Sales (2011), explica que a organização do conhecimento no campo da arquivística, respeitando os conhecimentos orgânicos, se dá através da elaboração da classificação arquivística, sendo que esta, ao ser materializada a partir dos Planos de Classificação funcional ou estrutural, demonstram as relações entre os conjuntos documentais, “[...] a relação de saberes/fazer inerentes à administração de uma entidade (jurídica ou física), evidenciados pela materialização de seus documentos.” (SALES, 2011, p. 55). Pode-se inferir aqui que o domínio do conhecimento ajuda a estabelecer estas relações que podem ser vistas de forma análoga ao relacionamento entre os conceitos, onde sua materialidade aplicada especificamente à classificação arquivística pode auxiliar na melhor representação e organização do conhecimento e assim manter uma objetividade que pode ser relacionada à recuperação das informações ali contidas.

## 5 Considerações

Os fundamentos da classificação arquivística demonstram a cada dia a importância desta atividade para a organização e a recuperação de informações neste campo do conhecimento. O aprofundamento de questões como a Teoria do Conceito ligados a esta atividade, revela que há sim um longo e profícuo caminho a ser percorrido em busca de maiores intervenções e conhecimentos que podem ser produzidos a partir das correlações destes saberes.

Para que essas relações possam ser preservadas e possam servir aos interesses de uma instituição e de usuários, é essencial que a classificação seja realizada de acordo com as definições de uma organização intelectual dos documentos de arquivo.

O aporte da Teoria do Conceito oferece subsídios para determinar as relações conceituais que podem ser abordados na elaboração de Planos de Classificação arquivística, considerando toda a estrutura e características destes instrumentos, e, por conseguinte, ajudando a fixar e posicionar os conceitos em determinando sistema.

Com este estudo preliminar, espera-se abrir novas discussões e quiçá modelos conceituais para a classificação arquivística pois, pela própria estruturação de suas categorias, classes e subclasses,

materializadas por funções, atividades, subfunções, séries e pela sua estrutura e caráter orgânico, a classificação arquivística tem e deve buscar aproximações com a Teoria do Conceito para, preservando suas particularidades e especificidades, melhor poder contribuir com o tratamento e recuperação das informações na arquivologia.

## Referências

- Referências devem ser elaboradas de acordo com a NBR6023 (2002) – Informação e documentação – Referências – Elaboração e devem seguir o alinhamento aqui proposto.
- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; SOUTO, Diana Vilas Boas. Acerca do princípio da proveniência. *Ágora*, v.23, n.46, p.14-43, 2013.
- ARANALDE, Michel Maya. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. *Ciência da Informação*, v.38, n.1, p.1-19, 2009.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. A construção discursiva em arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010, 132f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.
- \_\_\_\_\_. A classificação funcional em Arquivística: uma análise da colaboração científica nos periódicos *Archivaria* e *American Archivist*, 20 Años del Capítulo Español de ISKO. *Actas del X Congreso ISKO Capítulo Español (Ferrol, 2011)* Universidade da Coruña (Espanha), 2012. Disponível em: [http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/157-169\\_Barros.pdf](http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/157-169_Barros.pdf). Acesso em: 22 de janeiro de 2017.
- BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.49-64, 1994.
- ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. In: GARCÍA MARCO, Javier (ed.) *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación, ACTAS DEL I ENCUESTRO DE ISKO-ESPANA*, Madrid, 4-5 de noviembre de 1993, Zaragoza, 1995, p. 65-90.
- GIL, Fernando. Classificações. In: \_\_\_\_\_. *Enciclopédia Einaudi*. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 2001. 432p. v.41.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. *Arquivística general: teoria y práctica*. 5.ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

- LODOLINI, Elio. El archivo del ayer al mañana: la archivística entre tradición e innovación. In: Boletín Anabade, n.1, 1995. Tradução realizada por María Jesús Álvarez-Coca González de palestra proferida pelo autor em 17 de novembro de 1993, no Archivo histórico Nacional, Espanha.
- LOPES, Luis Carlos. A informação e os arquivos: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996.
- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1996.
- RIOS, Elaine Rosa; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios de conhecimentos. Perspectivas em Ciência da Informação, v.15, n.2, p.123-139, maio/ago., 2010.
- ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Archivística y archivos: soportes, edificio y organización. 2.ed. Carmona: S&C ediciones, 1994 (Biblioteca Archivística;1)
- RONCAGLIO, Cynthia; MANINI, Miriam Paula. Arquivologia e cinema: um olhar arquivístico sobre narrativas filmicas. Brasília/DF: EDU/UNB, 2016.
- SCHELLENBERG, T.R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.
- \_\_\_\_\_. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. Arquivística.Net, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.120-142, ago/dez 2006.